

# Origem da desordem

GILBERTO PAIM

Ao rápido e fácil incremento da produtividade da economia brasileira, que se observa no passado, hoje se contrapõe uma forte tendência ao declínio, como resultado do elevadíssimo custo de qualquer aumento do Produto Interno Bruto. Esse é um dos traços negativos que o prof. Celso Furtado destaca no quadro desfavorável da economia nacional, pois, segundo adverte, o Brasil precisa agora investir de quatro a seis por cento do seu PIB para aumentá-lo em apenas um por cento. A causa principal dessa extrema e desastrosa ineficiência do sistema econômico reside na desarticulação dos investimentos públicos e dos investimentos privados por eles induzidos, conforme o autor de **NAO à recessão e ao desemprego** (Editora Paz e Terra).

Não há dúvida de que foi muito preciso o ex-ministro do Planejamento em sua descrição objetiva das razões fundamentais que fizeram uma ascensão econômica exuberante se transformar em desordem apocalíptica. No âmbito dessa desorganização, a inflação incontrolável e a perda irremediável do crédito externo são apenas dois dos inúmeros fatores que a imprevidência, a incompetência e a auto-suficiência conseguiram reunir para lançar o grande desafio ao presente e ao futuro do País.

Todos sabemos que o planejamento não é o único ramo do conhecimento em que o prof. Celso Furtado se singulariza entre os intelectuais patrios. Os aspectos sociológicos e históricos de sua obra também o distinguem como autor acatado. Temos de convir, portanto, que esse autor faz uso de tranquila perseverança didática, quando nos convida a acompanhá-lo no percurso que conduz ao entendimento de como se produziu a nossa atual barafunda financeira.

As pessoas que têm acesso ao livro que o prof. Furtado acaba de lançar, com estrondoso sucesso, pois dele já foram vendidos mais de 40 mil exemplares, podem agora fazer juízo seguro das consequências dramáticas de um planejamento econômico ingênuo e romântico, como o que fabricou

os nossos planos de desenvolvimento econômico nos últimos três lustros. O leitor não custa a perceber o que ocorre quando são desviados investimentos para obras de infra-estrutura superdimensionadas e quando as empresas privadas, que dependem de encomendas do governo, expandem sua capacidade produtiva em função desse superdimensionamento. Em tais circunstâncias, frisa, o prof. Furtado, não é fácil evitar o surgimento de chocantes incoerências no sistema produtivo, a começar pelos custos, cujo crescimento veloz libera a espiral da desordem generalizada.

Para demonstrar as consequências do superdimensionamento do Plano de Desenvolvimento Econômico do Governo Geisel, bastaria recordar a expansão nela prevista da produção siderúrgica. Sabemos, agora, que a produção siderúrgica, em 1985, estará situada em torno de dezesseis milhões de toneladas de aço em lingotes. Mas, no começo do Governo Geisel a quantidade prevista era de 35 milhões de toneladas. Foram elaborados projetos para elevar a produção a esse nível, porém não foi fácil mobilizar os recursos financeiros necessários. Recorde-se que a expansão siderúrgica tornava obrigatória a expansão ferroviária, pois os objetivos do Plano reclamavam o transporte de 105 milhões de toneladas de insumos siderúrgicos (minério de ferro, carvão, calcário, manganês, dolomita, etc.) e logo a seguir o transporte de 35 milhões de toneladas de aço. Para isso, elaborou-se um programa de expansão ferroviária, composto de setenta diferentes projetos, todos os quais consumiram recursos financeiros, porém nenhum deles chegou a ser concluído. Esse colossal desperdício de recursos deixou marca profunda na história econômica recente do País.

Ilustrando, ainda, a tese do prof. Furtado, lembramos que a indústria de bens de capital está operando com setenta por cento de capacidade ociosa, vítima que foi da expansão de sua capacidade produtiva para atender uma demanda prometida pelo Governo Geisel, porém não materializa-

da. Os ministros de então, João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen, responsáveis principais por esse planejamento desastrado, nunca vieram a público para explicar os seus erros funestos.

A severa crítica a que o Prof. Furtado submete o processo de estatização da economia brasileira faz do seu livro, desprezados alguns aspectos superpolêmicos, uma contribuição de mérito ao esforço de rearticulação das forças positivas da nação para superarmos a presente crise. O autor de "NAO à recessão e ao desemprego" não fala com segundas intenções quando diz que a "a raiz da grave inflação atual está na forma desordenada como se expandiu a ação empresarial do Estado", a qual responde pela desarticulação do sistema produtivo. É provável que a esquerda insensata não concorde com essa posição inequívoca do Prof. Furtado e passe a combatê-lo exatamente pelo que ele apresenta de aceitável à porção majoritária da opinião pública nacional.

O economista tem posição definida diante da moratória. Pretende ele que a moratória seja unilateral, proclamada sem consulta aos credores e imposta como ato de soberania. Tratando-se de ato soberano, irreversível, outras nações, também ciosas de seu poder soberano, poderiam ser tentadas a interpretá-lo como uma declaração de guerra econômica. Há indícios, agora, de que governos e bancos credores propendem para a negociação de um acordo sobre a suspensão dos pagamentos, ao mesmo tempo em que líderes empresariais brasileiros falam de um prazo de carência de dez anos.

A preferência por uma atitude beligerante, quando há chances de uma paz construtiva, talvez torne perceptível à maioria as limitações da inteligência do prof. Celso Furtado. Aliás, uma parcela da opinião nacional jamais aceitou a probidade e a capacidade de produção desse autor como virtudes capazes de lhe conferir um nível de inteligência acima da média. Convém frisar, entretanto, que não se considera pouca coisa a sua proclamação antiestabilizante.